A CONSTRUÇÃO RETÓRICA DE UMA AMEAÇA |

O CASO IRANIANO

Rethoric construction of a threat: the iranian case.

ALVES, Tamires Maria.²

Resumo: O presente artigo busca desenvolver a construção retórica que leva o Irã a transformar-se de um país "aliado" da ótica Ocidental a uma ameaça internacional. Procura salientar como as hostilidades que passaram a existir somente entre o Irã e os Estados Unidos foram produzidas como uma "ameaça" para toda "comunidade internacional". Na medida em que os Estados Unidos desempenham um papel de liderança nesta, um país percebido como perigoso para os Estados Unidos passa a representar uma "ameaça pública". O artigo norteia sua argumentação entre teóricos que desnaturalizam essa construção de valores como fidedigna e questionam, através da Teoria Pós Colonial, viabilizada principalmente pelo advento do colonialismo, como esse persiste sendo capaz de abarcar a dominação cultural dos povos marginalizados.

Palavras-chave: Teoria Pós Colonial. Irã. Estados Unidos. Construção de ameaças

Abstract: This paper seeks to develop the rhetorical construction that leads Iran to transform itself from a Western ally "ally" country to an international threat. It seeks to highlight how hostilities that existed only between Iran and the United States were produced as a "threat" to the entire "international community." To the extent that the United States plays a leading role in this, a country perceived as dangerous to the United States poses a "public threat." The article guides its argument among theorists who denaturalize this construction of values as reliable and question, through the Post Colonial Theory, made possible mainly by the advent of colonialism, how it persists being able to embrace the cultural domination of marginalized peoples.

Keywords: Post-Colonial Theory. Irã. United States. Threat building

²Doutora em Ciência Política pela UFF. Mestre e Bacharel em Relações Internacionais. E-mail: tamiresmalves@gmail.com

¹ Recebido em: 10 Out. 2019 | Aceito em: 16 Mai. 2020.

As sociedades contemporâneas de árabes e muçulmanos sofreram um ataque tão maciço, tão calculadamente agressivo em razão de seu atraso, de sua falta de democracia e de sua supressão dos direitos das mulheres que simplesmente esquecemos que noções como modernidade, iluminismo e democracia não são, de modo algum, conceitos simples e consensuais que se encontram ou não, como ovos de Páscoa, na sala de casa.

Edward Said, Orientalismo.

Introdução

A perspectiva que orienta esse artigo será apresentada a fim de mostrar como é possível perceber a trajetória do Estado iraniano através de outros discursos que não necessariamente os dominantes, propagados pela mídia atual. Também, busca-se expor as limitações das teorias *mainstream* das Relações Internacionais e as potencialidades da perspectiva pós-colonial para se analisar o estudo de caso iraniano.

Para isso, daremos ênfase à importância que as narrativas têm para que determinadas realidades sejam criadas, assim como à forma como estas narrativas estão necessariamente vinculadas às questões de poder. Também se fará necessário informar a respeito da Teoria da Securitização, para que se possa entender como foi criada a ideia de que o Irã é uma "ameaça". Esta teoria irá apresentar os aspectos determinantes para que um assunto específico seja ou não securitizado, e quais as implicações disso para a agenda de segurança.

O presente artigo tem como objetivo oferecer uma história alternativa da política iraniana, de forma a desestabilizar a ideia da "ameaça iraniana" muitas vezes (re)produzida pela "comunidade internacional" (Said, 2003). Logo, este pretende questionar a narrativa tradicional que relata os acontecimentos do Irã de uma maneira muito específica, procurando reescrevê-la sem se arremeter a uma história unilateral dos fatos.

Os discursos auferem poder.

O advento da globalização trouxe consigo a capilarização dos valores ocidentais. Uma vez que estes passam a ser percebidos como "corretos", os povos que a eles aderiram tornaram-se os "modernos" e "civilizados", enquanto os demais passaram a ser "bárbaros", "atrasados", "lascivos" (Said, 2003:125). Os atores políticos que não se identificam com os valores e as regras do Ocidente encontram-se, portanto, marginalizados perante a "comunidade internacional", cuja voz ativa parece ser a do Ocidente. É através da teoria da modernização que podemos perceber que os Estados vistos como "modernos" acreditam que todos os demais países do Sistema Internacional devem se adequar à lógica da modernidade. Como exemplificam David L. Blaney e Naeem Innayatullah, na passagem: "Menos óbvia, mas tão importante, a teoria da modernização projeta como natural e universal uma sequência de desenvolvimento pela qual todas as culturas devem passar" (tradução minha Blaney e Innayatullah, 2002: 104).

A análise de discurso permite perceber como determinadas realidades são construídas através dos discursos e dos significados que estes produzem. Busca-se alertar para a forma como determinadas práticas, muitas vezes violentas, podem ser validadas por discursos legitimadores. Desse modo, o papel da linguagem não é inocente, mas sim fundamental para a construção da ideia amplamente difundida de que o Estado iraniano é uma "ameaça" para o mundo.

Roxane Doty (2003) chama a atenção para a construção social dos significados, os quais criam as condições de possibilidades para determinadas práticas. Segundo a autora: "O que é explicado não é por que um resultado específico foi obtido, mas como os sujeitos, objetos e disposição interpretativa foram socialmente construídos de modo que certas práticas fossem possíveis" (tradução minha Doty, 2003: 298). Lene Hansen corrobora com a ideia apresentada por Doty de que os significados são construídos, e discorre ainda a respeito de como alguns atores se validam como detentores de conhecimento, legitimando assim suas práticas e identidades (Hansen, 2006: 58).

A questão das identidades é de suma importância, uma vez que é a partir da distinção entre o "Eu" e o "Outro" que os mecanismos de exclusão são possibilitados. Campbell discorre a respeito dessa distinção quando diz: "A responsabilidade pelo mal estava localizada em outro e a responsabilidade de combatê-lo era um fardo de si mesmo" (tradução minha Campbell, 2002: 163). Essa distinção em termos da imputação de responsabilidades é justamente o que fez com que aos Estados Unidos fosse atribuída

a responsabilidade de combater a "ameaça" iraniana e apresentá-la como um dever para com a "comunidade internacional". Já ao Irã parece não haver sobrado alternativa que não a de ser lido como um "inimigo" de tal "comunidade", e responsável pelo mal que a assola.

Não é difícil encontrar na mídia tradicional discursos que representem o Irã como um país "retrógrado" e "totalitário" (assim como ocorre com a maioria dos seus vizinhos países árabes) enquanto, por outro lado, Israel parece ser percebido como um Estado democrático no Oriente Médio (Said, 2007: 58). Campbell discorre a respeito dessa questão, alegando que a política externa está diretamente vinculada à questão da identidade, uma vez que os valores que se têm passam dos indivíduos para as nações. Isso faz com que toda uma cadeia de valores seja criada e assim surjam as ameaças externas. Para o autor, é com o desencadeamento desse pensamento que se torna possível construir fronteiras, as quais distinguem as narrativas que passam a ser ouvidas e vinculadas, por um lado, como "verdadeiras", daquelas "marginalizadas" e "silenciadas", por outro (Campbell, 1992: 75-76).

Jennifer Milliken também contribui com o debate ao alegar que o discurso profere a autoridade de falar e agir a determinados atores, em detrimento de outros (Milliken, 1999: 229). Essa é uma temática importante para o presente trabalho, pois ele visa chamar a atenção para o fato de que a história contada a respeito da hostilidade que existe entre o Irã e os Estados Unidos não é única, mas fruto de uma visão particular dos fatos que se difundiram, em grande medida, devido à autoridade atribuída ao seu narrador/protagonista: os Estados Unidos. Argumenta-se aqui, contudo, que é preciso conferir voz ao parecer iraniano a respeito da sua própria história.

Conforme já sugerido, não se pretende com isso validar um dos pareceres como o "correto", mas busca-se afastar da história única, vista como uma descrição verdadeira dos fatos. O que procuramos demonstrar é que os atores situados em diferentes *locus* de enunciação divergem a respeito dos fatos analisados. Vale ressaltar, conforme argumenta Chimamanda Adichie, que o fato de uma história única ser tantas vezes propagada a constrói como real, fazendo com que os espectadores sequer questionem sua veracidade.

Said, que inspira seu trabalho em Michael Foucault, discorre a respeito de como os discursos cumprem um papel fundamental para legitimar determinadas lutas. Dito isto, discorre a respeito da violência psicológica gerada pela exposição de outra cultura sobre as comunidades que foram colonizadas. Nas palavras do autor:

Foucault certamente tem razão - e até presciência - em mostrar como o discurso não é apenas aquilo que traduz lutas ou sistemas de dominação, mas também aquilo pelo qual as lutas são conduzidas ... O que ele parecia não estar tão disposto a conceder é, de fato, o relativo sucesso dessas tentativas contradiscursivas, primeiro para mostrar as deturpações do poder discursivo, para mostrar, nas palavras de Fanon, a violência praticada contra os inferiores psiquicamente e politicamente reprimidos em nome de uma cultura avançada, e depois para começar o difícil, se não sempre tragicamente falho, projeto de formulação do discurso da libertação (tradução minha Said, 1986:153).

Said alega ainda que é através do discurso do Orientalismo que o Ocidente ganha poder para analisar, descrever e colonizar o Oriente. Seria através desse discurso que o Ocidente fora capaz de produzir a imagem do Oriente, tanto política quanto econômica, cultural, militar, entre outras. O argumento que Said tenta elucidar é que a identidade e a força do Ocidente se produz a partir da sua contraposição e diferenciação em relação a um "Outro" inferiorizado. Nos termos do pensamento orientalista, o Oriente precisaria da ajuda provida pelo Ocidente para alcançar com sucesso a modernização tanto cultural quanto política (Little, 2008: 11).

Vale ressaltar que, até o final da II Guerra Mundial, quem dominava o Oriente e o Orientalismo era a Europa, mas que a partir de então os Estados Unidos passaram a assumir tal posição (Said, 2007: 27-30). Michael Foucault argumenta que é através das práticas discursivas que se criam condições de possibilidade para que determinado discurso possa surgir e ser legitimado. Pensando a partir da perspectiva foucaultiana, veremos como as teorias tradicionais das Relações Internacionais são elas mesmas, muitas vezes, cúmplices das relações contemporâneas de hostilidade entre os Estados Unidos e o Irã.

A perspectiva pós-colonial, aqui adotada, tem o mérito de possibilitar a emergência de outras narrativas silenciadas, almejando com isso demonstrar que não existe uma história absoluta ou puramente descritiva. Na apresentação de Chimmamanda Adichie no evento TEDEx, a autora fala a respeito de como uma história única repetida muitas vezes pode ser tida como uma verdade absoluta, ressaltando a necessidade de questioná-la. Nas palavras da autora: "o que isso demonstra é como nós

somos impressionáveis e vulneráveis em face a uma história". A partir desta afirmação podemos questionar o caráter inocente dos discursos, já que estes se impõem por meio da (re) produção de histórias únicas que conferem poder a determinadas vozes em detrimento de outras. De fato, segundo Adichie: "Poder é a habilidade de não só contar a história de outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa".

A problematização realizada neste artigo sobre o caráter autoritário que discursos, sobretudos midiáticos, podem realizar, é fundamental para impedir que inverdades se imponham como a história definitiva acerca de uma relação. McLeod (2000) argumenta que os discursos constituem e produzem o senso de realidade e de conhecimento, e, dessa maneira, seriam capazes de moldar o mundo. Para o autor, os discursos são agentes criadores e estão sempre vinculados ao poder (MCLEOD, 2000: 46).

Said também atenta para esta problemática quando discorre sobre a importância da narrativa, alegando que narrar é construir algo. Nesse sentido, para Said, a narrativa está atrelada ao poder. Para Edgar Salvadori de Decca a narrativa é determinante na construção de objetos, conforme colocado na passagem a seguir: "A narrativa é tudo, a narrativa é que constrói o objeto histórico, é o modo pelo qual o discurso historiográfico se constitui enquanto lógica, enquanto coerência para que determinadas bases factuais sejam legitimadas" (Decca, 1995: 17).

Said argumenta que o que nomeia como Orientalismo nada mais é do que o discurso ocidental sobre o que é o Oriente em todos os aspectos: político, social, ideológico, etc. Nas palavras do autor:

Orientalismo pode ser discutido e analisado como a instituição autorizada a lidar com o Oriente – fazendo e corroborando afirmações a seu respeito, descrevendo-o, ensinando-o, colonizando-o, governando-o: em suma, o Orientalismo como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente (Said, 2007: 29).

Talvez uma das maiores contribuições de Said seja a de que o autor, ao descrever o Orientalismo, analisa e descreve o Oriente como algo que possa ser estudado de maneira minuciosa, a ponto de que seu dorso seja dissecado e entendido, e soluções a respeito dele possam ser contempladas. Com isso, Said apresenta como este Oriente é visto como "imutável", fazendo com que seu julgamento parta de cada "detalhe específico" para uma "afirmação geral". Isso é de suma importância, visto que é

precisamente desta maneira que o Irã é caracterizado na atualidade, por meio de adjetivos tão cristalizados que sequer oferecem espaço para seu questionamento. Com isso, busca-se aqui problematizar essa verdade construída sobre o caso iraniano.

Foucault, argumenta no seu livro "A arqueologia do Saber" (1969), que um discurso é sempre finito, e que para criá-lo necessariamente se escolhe uma série de acontecimentos, e é preciso formulá-los de maneira que se tornem uma descrição dos acontecimentos discursivos. Os questionamentos do autor são os mesmos que instigam esta pesquisa, ou seja, "por que determinados episódios foram escolhidos em detrimento de outros e, se estes outros tivessem sido os elegidos, quantos discursos distintos poderiam existir?" (Foucault, 1986: 30-31). Milliken atenta para a questão de como os discursos produzem o que deve ser levado em consideração e o que deve ser silenciado. A autora atenta para a criação de uma espécie de senso comum acerca do conhecimento e dos atores que devem ser ouvidos ou desqualificados (Milliken, 1999: 229).

A partir da observação do caso iraniano também é possível perceber como foram posicionados, numa relação logocêntrica³, os atores no Sistema Internacional. O Irã passou a ser visto como um objeto vis-à-vis os Estados Unidos, que, por sua vez, foram construídos como sujeito e percebidos como "superiores" aos olhos da "comunidade internacional". Essa distinção hierárquica entre Estados Unidos e Irã também possibilitou que uma das narrativas fosse silenciada enquanto a outra fosse propagada.

Conforme apresentado anteriormente, busca-se aqui questionar a natureza do Irã enquanto "ameaça". Assim, ao reunir o trabalho teórico dos autores apresentados, procura-se salientar que a leitura do Irã enquanto "ameaça" constitui apenas *uma* entre múltiplas leituras, já que a recusa do Irã em seguir os preceitos da modernidade que informam a "comunidade internacional" poderia ser lida, diferentemente, como uma forma de resistência. Essa afirmação vai ao encontro do trabalho de Foucault sobre a

[.]

³A definição de logocentrismo nas palavras de Martin Griffiths: "Logocentrismo é uma forma de raciocínio que é fundamental para o pensamento contemporâneo, especificamente, que deriva do mundo europeu, opera através da produção de dicotomias, como dentro / fora, homem / mulher, memória / esquecimento e presença / ausência. Cada dicotomia desse tipo é mais do que uma oposição entre dois termos. Cada um define a hierarquia em que o primeiro termo do par é visto como fundamental e é mais valorizada do que o segundo. No entanto, como Jacques Derrida aponta, a prioridade não pode operar sem a sua sombra. Ela só tem significado em relação ao 'espectral' segundo termo tem que ser excluído para trazer o primeiro termo ser o que se espera que este seja" (GriffithS, 2007: 96).

Revolução Iraniana, para quem tal Revolução foi uma maneira de resistir a essa homogeneização dos valores ocidentais. Segundo Vivienne Jabri:

O que é significativo sobre o envolvimento de Foucault com a Revolução Iraniana é que obtemos algumas idéias sobre a compreensão de Foucault dos efeitos do poder sobre aqueles localizados além do Ocidente e sujeitos a suas práticas dominantes. O elemento avassalador da versão de Foucault sobre o Irã é que a forma que a Revolução Iraniana assumiu era constitutiva de uma subjetividade de resistência, que sua articulação islâmica era expressiva de um modo de ser que procurava se localizar além da racionalidade ocidental, e ao fazê-lo. gerar sua própria autoconsciência distinta, que estava além dessa racionalidade (tradução minha Jabri, 2007: 70).

Seguindo a linha de defesa de que os aspectos culturais importam, afetam e influenciam as dinâmicas políticas e econômicas, Said atenta para a pressão que os Estados não-ocidentais sofrem para se adaptar ao modelo econômico, político e até mesmo cultural dos Estados ditos ocidentais. Segundo sua linha de pensamento, vemos que a não consideração dos aspectos culturais torna uma narrativa ahistórica, uma vez que os Estados seriam então definidos como sujeitos iguais e independentes entre eles, dotados das mesmas capacidades para alcançar seus objetivos. Isso não corresponde à realidade, uma vez que para que determinados Estados tenham vivido uma dada história política e econômica, eles precisaram que os outros Estados tivessem uma situação política e econômica muito "diferente/inferior" a deles.

Parece, portanto, que o Ocidente e o seu poder de influência se constrói neste caso, a partir de uma relação de subordinação entre os Estados Unidos, entendido como sujeito, e o Irã, tido como objeto. Por meio desta narrativa dominante acerca das experiências vividas, os Estados Unidos seriam capazes de convencer a grande parte da audiência, tanto ocidental como não-ocidental, de que a sua percepção da realidade é, em si, a realidade. De fato é importante a noção de Foucault de que o "mundo" é produzido por práticas discursivas e, desse modo, é produto do poder que opera por meio da linguagem. Conforme ressalta Doty: "Assim como as práticas discursivas nas quais se insere, o poder é disperso e, o mais importante, é produtivo para os sujeitos e seus mundos" (tradução minha Doty, 2003: 302).

Portanto, a visão norte-americana a respeito da relação de hostilidade criada entre os Estados Unidos e o Irã parece ser aquela assimilada pela grande maioria da população mundial. Relembramos, portanto, mais uma vez, a ideia de uma história única pode ser propagada de maneira que a maioria dos ouvintes assimilem-na como um fato

verídico. Vale ressaltar, entretanto, que nenhuma história é única, e que existe uma multiplicidade de Histórias.

No "embate" entre Irã e Estados Unidos a narrativa predominante percebida como oficial é a ocidental e, desse modo, é provável que a perspectiva iraniana seja acizentada. Nesse sentido, um dos objetivos é o de apresentar uma visão alternativa que elucide o momento histórico em que o papel dos Estados Unidos se modificou para o Irã, momento este que, não coincide com o momento inicial das hostilidades definido pelos Estados Unidos.

Outrossim, não se ambiciona aqui criar qualquer hierarquia normativa entre tais discursos. As narrativas são competitivas e nesse embate é possível perceber a predominância da visão norte-americana em relação à iraniana. Tampouco se pretende inverter essa hierarquia discursiva já existente, creditando veracidade ao discurso iraniano, pois isso equivaleria apenas a uma inversão da hierarquia predominante, reproduzindo a própria estrutura binária de significação. Não busca-se averiguar qual dos discursos concorrentes mais se aproxima dos fatos que ocorreram na história da relação entre o Irã e os Estados Unidos, mas apenas iluminar a narrativa concorrente, iraniana, que na maioria das vezes é silenciada pela narrativa ocidental, parecendo, inclusive, não existir.

Argumenta-se que essas histórias não são alternativas, mas co-constituídas. Afinal, conforme destacado por Barkawi e Laffey as histórias dos fracos e dos fortes fazem parte da mesma sequência/filme, e, por isso, não podem ser destacadas uma da outra:

Faltam as relações múltiplas e integrais entre os fracos e os fortes. Em diversos campos da investigação social, é dado como certo que o fraco e o forte devem ser colocados em um quadro analítico comum, como juntos constituintes de eventos, processos e estruturas (Tradução minha Barkawi & Laffey, 2006: 332).

A Teoria da Securitização

A teoria da securitização tem como seus principais teóricos Barry Buzan e Ole Waever. A Escola de Copenhague foi quem norteou essa perspectiva, que trata do alargamento da agenda de segurança e das implicações políticas e analíticas desse

movimento. Buzan define securitização como um processo que acontece quando um agente securitizador utiliza o discurso da ameaça existencial, e, com isso, faz com que esse assunto saia do campo político normal, tornando-se uma questão de segurança (Buzan, 1998: 23). A partir disso, questões que anteriormente eram tratadas apenas na esfera política, tornam-se dificuldades de segurança, ou seja, potenciais ameaças.

Um problema deve ser tratado como uma questão de segurança quando aparentar ser mais importante que as demais questões, e por conta disso, tiver prioridade frente às demais (Buzan, 1998: 24). Portanto, podemos entender que quando uma questão política torna-se uma questão de segurança, ela passa hierarquicamente a ter um valor agregado superior ao de um problema apenas político. Pierre Bourdieu nos dá uma boa explicação acerca do que se trata efetivamente a securitização:

O poder de constituir o dado por meio de enunciados, de fazer as pessoas verem e acreditarem, de confirmar e transformar a visão do mundo e, assim, agir sobre o mundo e o próprio mundo, um poder quase mágico que permite obter o equivalente a o que é alcançado através da força (material)... em virtude do efeito específico da mobilização (BOURDIEU, 1991: 170).

Thierry Balzacq reflete sobre a securitização através da seguinte frase: "É, portanto, principalmente na interseção da legitimidade dos agentes envolvidos e das palavras utilizadas, que reside o poder simbólico da segurança" (tradução minha Balzacq, 2011: 3). Por conseguinte, uma questão que passa a ser securitizada não necessariamente é uma ameaça vigente, mas começa a ser considerada uma ameaça iminente por conta dos discursos auferidos à mesma. Logo, pode-se considerar a securitização como um processo intersubjetivo. Nas palavras de Buzan: "Segurança é, portanto, uma prática autorreferencial, porque é nessa prática que o problema se torna um problema de segurança - não necessariamente porque existe uma ameaça existencial real, mas porque o problema é apresentado como uma ameaça" (tradução minha Buzan, 1998: 24).

A relevância dos discursos securitizadores também é salientada por Holger Stritzel e Dirk Schmittchen, no artigo "Securitization, culture and power: *rogue states* in US and German discourse" (2011). Os autores alertam para o fato de que a representação dos *rogue states*⁴ para os norte-americanos é de ameaças à segurança

⁴'Rogue state' é um termo controverso aplicado por alguns teóricos internacionais para os Estados que eles consideram que "ameaçam" a paz do mundo. Isto significa satisfazer determinados critérios, tais

global, enquanto os alemães utilizam o termo *rogue states* apenas de maneira a criticar a política de segurança norte-americana diante destes países. Nas palavras dos autores: "Outros foram além e definiram estados invasores polemicamente como os 'Lieblingsfeinde' (inimigos favoritos) dos EUA ou como 'estados que têm um relacionamento ruim com os EUA'" (Tradução minha Strizel and Schmittchen, 2011: 177). O que os autores deixam claro é que enquanto os Estados Unidos se colocam numa posição de "Estado de segurança" e "superpotência militar" para resolver os problemas com os *rogue states*, a visão alemã é de diplomacia, visto que percebe estes Estados apenas como *problem states* (Strizel and Schmittchen, 2011: 170).

De fato, a forma como se classifica estes Estados leva a consequências políticas distintas. O que percebemos com isso é que caracterizá-los como *problem states* leva a soluções políticas de caráter diplomático, enquanto a caracterização como *rogue states* torna o cenário hostil para soluções apenas neste campo. Como ressaltado nas palavras de Doty anteriormente, a linguagem não deve ser vista de maneira inocente, portanto a classificação dos Estados de maneiras distintas pode ser entendida como uma maneira de convencer a audiência a respeito do que se pretende que esta audiência entenda e legitime. O que os autores procuram revelar com essa argumentação é que a percepção de ameaças é muito diferente por parte dos Estados Unidos e da Alemanha. Isso contribui para o argumento desse artigo, visto que o que problematiza-se que a visão norte-americana sobre o problema do Irã não é a única possível.

Stritzel e Schmittchen discorrem sobre o momento em que determinados Estados são caracterizados como *rogue states*. No caso do Irã, tal caracterização foi elaborada pelo ex-presidente norte-americano Ronald Reagan em 1985⁵, quando caracterizou este Estado como apoiador do terrorismo e como dotado de uma representação política ilegítima, que, por desviar da noção ocidental usual de democracia, liderava o povo local

como sendo governados por regimes autoritários que restringem severamente os direitos humanos, são tidos como patrocinadores do terrorismo, e alegam que estes Estados buscam a proliferação de armas de destruição em massa. O termo é usado mais pelos Estados Unidos, no entanto, o termo já foi aplicado por outros países.

⁵O Presidente Reagan declarou que o Irã, a Líbia, Cuba, Nicarágua e Coréia do Norte representam uma confederação de Estados terroristas, que estão agora envolvidos em atos de guerra contra o povo e o governo dos Estados Unidos. Fonte: http://articles.chicagotribune.com/1985-07-09/news/8502140196 1 terror-and-outright-acts-confederation-of-terrorist-states-outlaw-nations

por meio de práticas repressivas e ações criminosas (Strizel and Schmittchen, 2011: 171-172).

Said elenca alguns ícones europeus, como Matthew Parris (político inglês) e Dario Fo (teatrólogo italiano e Nobel de Literatura) como defensores de uma visão mais abrangente do que constitui o caráter de países ameaçadores. Ambos notam no ataque aos Estados Unidos de 11/09 não uma ação legítima, mas uma resposta às políticas norte-americanas engendradas pelo mundo, que matam milhões de pessoas. Segundo Steven Erlnger: "essa violência é a filha legítima da cultura da violência, da fome e da exploração humana" (Erlnger apud Said, 2003: 120).

A teoria desenvolvida por Buzan sobre securitização nos ajuda a pensar sobre o caso do Estado iraniano, que é considerado como uma ameaça existencial pelos Estados Unidos, não sendo, necessariamente, uma ameaça real. Portanto, pode-se perceber que o fato de um Estado ser considerado como um problema de segurança é contingente ao discurso direcionado ao mesmo. Como Waever argumenta: "security is a speech act 6" (Waever, 1995: 55).

No livro "Security – A new framework for Analysis." (1998), Buzan, Waever e Japp de Wilde acreditam que é necessário fazer uma distinção entre estudos estratégicos e de segurança. Para eles, é preciso distinguir o conceito de segurança em cinco grupos: militar, político, econômico, social e ambiental. A questão da segurança é subdividida em três grupos: a esfera privada, a pública e a de segurança (Buzan, 1998: 23-24). A esfera privada é aquela a qual o Estado não influencia, de âmbito pessoal; a esfera pública é onde as decisões são tomadas pelo Estado, ou, ao menos, onde ele intervém de alguma maneira nos problemas deste setor; e, por fim a esfera de segurança, onde o problema é visto como uma ameaça, que demanda soluções/políticas emergenciais. Vale ressaltar que os assuntos transitam entre essas esferas e que um assunto pode ser da esfera privada num determinado país e da esfera pública em outro, como Nizar Messari destaca:

_

⁶ A explicação para o que é um *speech act* encontra-se nas palavras de Balzacq, destacadas a seguir: "Em essência, a ideia básica da teoria dos atos de fala é, simplesmente expressa: certas declarações, de acordo com Austin, fazem mais do que simplesmente descrever uma determinada realidade e, como tal, não podem ser consideradas como falsas ou verdadeiras" (Balzacq, 2011: 1).

As sociedades muçulmanas consideram a religião um assunto da esfera pública, e na China, o número de filhos que um casal possa ter faz parte das políticas públicas. Portanto, deste vasto leque de assuntos que fazem parte da esfera privada, alguns, dependendo das sociedades e dos momentos históricos, migram para a esfera pública e se tornam objeto do político (MESSARI, 2003: 134).

Portanto, para uma questão ser considerada um problema de segurança nacional, é preciso que ela seja vista/classificada como tal. Logo, podemos identificar que perceber o Irã como uma "ameaça" é um processo não natural, que despolitiza o relacionamento entre o Irã e os Estados Unidos. Portanto, a teoria da securitização nos ajudará a politizar tal relacionamento, na medida em que percebermos o Irã como uma "ameaça construída" por meio de um processo discursivo artificial. Messari discorre sobre o que significa despolitizar um assunto, e como ele pode ser (re) politizado. Segundo o autor:

A despolitização de um assunto/problema pode significar duas coisas: sua volta para a esfera privada, ou sua "elevação" para o nível de ameaça à segurança nacional. Mas ambos movimentos significam a anulação do político. Por outro lado, e segundo Buzan e seus parceiros, da mesma maneira que um problema pode ser securitizado, ele pode ser dessecuritizado, ou seja, repolitizado (Messari, 2003: 134).

Portanto, por meio da teoria da securitização, esse artigo visa apresentar a "ameaça" iraniana como uma construção social, a partir do pressuposto de que o processo de classificação de um país como uma "ameaça" nada mais é do que a propagação de uma ideia que se tem do "outro", que foi construída. Balzacq argui sobre isso quando afirma: "A teoria da securitização elabora a percepção de que nenhum problema é essencialmente uma ameaça. Algo se torna um problema de segurança através de políticas discursivas" (Tradução minha Balzacq, 2011: 1). Buzan também contribui para o argumento de que o processo de securitização é socialmente construído. Segundo ele: "Queremos evitar uma visão de segurança que seja dada objetivamente e enfatizar que a segurança é determinada pelos atores e, a esse respeito, é subjetiva. (...) A securitização é intersubjetiva e socialmente construída" (tradução minha BUZAN, 1998: 31).

Buzan corrobora ainda com esta argumentação. Nas palavras de Messari sobre o autor:

Buzan e seus colegas afirmam que entre os problemas da esfera pública, poucos passam a ser considerados ameaças à sobrevivência nacional, e, portanto, fazendo parte da esfera da segurança. Neste caso também, os assuntos que passam a fazer parte da esfera pública variam no tempo e no espaço. O mesmo assunto pode passar a fazer parte da esfera de segurança num país e não em

outro, e o mesmo assunto que faz parte da esfera de segurança num certo momento pode deixar de fazer parte daquela esfera em um outro momento (Messari, 2003: 134).

Dados estes argumentos, a teoria da securitização permite demonstrar como o Estado iraniano foi securitizado. Adicionalmente, recorrere-se à perspectiva pós-colonial a fim de mostrar que só é possível conceber o Irã como uma ameaça por meio de um discurso de depreciação da diferença, que o constrói como "outro", "diferente", "inferior", "bárbaro", "irracional", "exótico" etc.

Balzacq segue uma linha sobre securitização que classifica como "sociológica". Para Balzacq, a securitização está dividida em três pressupostos: "1) a centralidade da audiência; 2) a co-dependência entre a agência e o contexto; 3) a força estrutural do dispositivo, isto é, uma constelação de práticas e ferramentas" (Balzacq, 2011: 3). O que é interessante na argumentação de Balzacq é que ele defende que a securitização pode ser ou não intencional, discursiva ou não discursiva (Balzacq, 2011: 2). Isso nos abre novas condições de possibilidades de entendimento das raízes pelas quais o Irã foi securitizado. Sua argumentação que define como algo é securitizado nos ajuda a entender de que maneira isso sucedeu no Irã. Argumenta-se aqui que, no caso do Irã, o agente securitizador é fundamentalmente os Estados Unidos. A audiência, por sua vez, são os demais povos e Estados do Sistema Internacional, que embora nem sempre concordem com as práticas ou visões norte-americanas, têm nesse Estado uma espécie de líder.

Também vale destacar aqui o papel primordial que a mídia desenvolve nesse esforço de securitizar um tema específico. A mídia retroalimenta o discurso proferido pelos estadistas, sendo capaz de torná-lo um discurso hegemônico, e de convencer a audiência a respeito do mesmo.

A argumentação de Balzacq também nos ajuda a entender o caso iraniano uma vez que denuncia como é importante que o agente securitizador se utilize dos elementos formais (instituições reconhecidas) e morais (público) para ganhar o apoio desejado para praticar a securitização e para não perder a credibilidade. O agente securitizador realiza estas manobras ao aproximar seu discurso da experiência vivida pelo público, forjando sua identificação com as medidas práticas a serem realizadas. Também,

segundo o autor, é importante mostrar uma conexão causal direta da securitização com os objetivos desejados quando da sua realização (Balzacq, 2011: 8-9). Portanto, através dessa argumentação, o autor deixa claro como o discurso tem poder, uma vez que ele é o responsável por convencer a "comunidade internacional" acerca da necessidade ou não de se tomar determinada atitude diante de uma situação. Nas palavras do autor: "A essência desse ponto de vista é a suposição de que falar é uma ação e que a questão da agência expedidora está subjacente a qualquer tentativa de securitizar uma questão pública, provocando uma atitude adequada" (Balzacq, 2011: 11).

Balzac afirma ainda que toda securitização é um processo histórico que ocorre devido às influências que antecedem aos eventos atuais (Balzacq, 2011: 14). Ao trazermos esta afirmação para o caso iraniano, vemos que que não foi subitamente que os Estados Unidos "decidiram" securitizar o Irã, mas uma série de fatores históricos contribuiu para a percepção desse país como "ameaçador".

Partindo da teoria da securitização agregada à análise pós-colonial, argumentamos que o Irã não é, necessariamente, uma ameaça real para a "comunidade internacional". Nesse sentido, os discursos alternativos aos mais propagados devem ser escutados, não porque sejam superiores, mas porque nos apresentam uma nova maneira, igualmente legítima, de entender o caso iraniano. Assim, a teoria da securitização nos permite entender como os discursos que apresentam o Irã como uma "ameaça" são construídos e propagados.

Como o objetivo central desse artigo é rastrear como foi atribuído ao Irã esse caráter ameaçador, a teoria da securitização apresenta as ferramentas para que possamos problematizar a construção dos discursos, como eles podem ter intencionalidade e como a determinação de certas características em detrimento de outras, poderia fazer com que discursos distintos fossem propagados. Nas palavras de Balzacq:

Urgência retórica real' nem sempre é igual à existência de uma 'ameaça real' (...) o que é decisivo para a segurança é o que a linguagem constrói e, como conseqüência, o que está "lá fora" é, portanto, irrelevante ". (...) Portanto, como os problemas estão "lá fora" depende exclusivamente de como nós os descrevemos linguisticamente (Tradução minha Balzacq, 2011: 12).

O caso iraniano

O Irã é forte e está em paz com seus vizinhos. Agora temos relações de trabalho entre o Irã e nosso país em 50 universidades diferentes. Existem cerca de 30.000 estudantes iranianos aqui e cerca de 40.000 americanos no Irã. Esta é uma oportunidade maravilhosa para compartilharmos experiências e planejarmos juntos o futuro (Tradução minha Jimmy Carter, 15/11/1977)7.

Em uma mensagem privada enviada ao Irã vários dias atrás pelo governo suíço, que representa os interesses americanos no Irã, o governo Bush agradeceu o Irã por suas condolências e pediu sua cooperação contra o terrorismo, incluindo informações que possam ter, disseram autoridades do governo (Tradução minha New York Times, 2001, 26/09)8.

O perigo do Irã é grave, é real, e meu objetivo será eliminar essa ameaça ... Por fim, não resta dúvida: sempre manterei a ameaça de ação militar em cima da mesa para defender nossa segurança e nosso aliado Israel (Tradução minha Barack Obama, 04/06/2011)⁹.

A partir das afirmações acima é possível perceber como num período inferior a 40 anos o Irã mudou notoriamente de lugar para os Estados Unidos. Enquanto em 1977 o presidente Jimmy Carter recebia o líder iraniano, Xá Muhammad Reza Pahlavi, em seu país declarando que gostaria de planejar um futuro comum, em 2011 a postura de Barack Obama se revelava ríspida diante de um país que é tido por ele como perigoso.

Portanto, houve uma mudança substancial na política externa americana, assim como dos demais países do sistema internacional, perante o Irã. O que levou o Irã a passar de um papel de "aliado" ao de um "inimigo"? Também se busca entender como as hostilidades que passaram a existir entre Irã e Estados Unidos foram produzidas como uma "ameaça" para toda a "comunidade internacional". Na medida em que os Estados Unidos desempenham um papel de liderança nesta, um país que representa uma "ameaça" para os Estados Unidos passa a representar uma "ameaça pública" para todo o sistema internacional.

Ao contrário do que muitos imaginam a relação hostilizada entre Irã e Estados Unidos não se intensificou após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001.

7

⁷ Fonte: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=6934

Fonte: http://www.nytimes.com/2001/09/26/world/nation-challenged-diplomacy-british-minister-meets-with-top-iranians-over.html?scp=8&sq=iran&st=nyt

⁹ FONTE: HTTP://WWW.NPR.ORG/TEMPLATES/STORY/STORY.PHP?STORYID=91150432

Pelo contrário, esse episódio fez com que, pela primeira vez desde 1979, estes países voltassem a tentar manter algum tipo de diálogo, conforme a passagem do *New York Times* citada no início desse tópico. O ponto de ruptura entre estas nações ocorreu, segundo a visão norte-americana, no ano de 1979, com a chamada revolução iraniana – e, por conseguinte, com o sequestro da embaixada americana no Irã. Já para os iranianos, o divisor de águas das relações entre estes países foi o golpe de Estado sofrido por Mossadeq em 1950 (Limbert, 2009: 87).

Durante o governo do Xá Muhammad Reza Pahlavi (1926 – 1979, com intervalo entre 1950 e 1953), o Irã foi visto, segundo as palavras de Jimmy Carter que abrem esse tópico, como um país "forte" e "em paz com seus vizinhos". Todavia, o governo democrático do primeiro ministro Mohammad Mossadeq deixou ao Irã a sensação de que as potências estrangeiras, principalmente Estados Unidos e Grã-Bretanha, apenas se aproximavam do país para tentar impor-lhes suas políticas e deteriorar seus valores tradicionais, uma vez que declaravam que enquanto não se adaptasse aos modelos ocidentais, este país permaneceria sendo "atrasado" (Weil, 2007: 182).

Para compreender essa narrativa da perspectiva iraniana, faz-se necessário discorrer sobre o contexto histórico do país entre 1926 e 1979 de maneira sintética. Entre 1926 e 1979 (com exceção entre os anos 1950 a 1953) o Irã foi governado pela dinastia Pahlavi. Essa teve seu início apoiada pelo governo britânico através de um golpe militar, com a nomeação de Reza Khan Pahlavi como líder do país. Após sua nomeação, Reza Pahlavi manteve os laços com os britânicos ora coibindo manifestações religiosas como o uso do véu e oras investindo na industrialização do Estado. Seu apreço pela modernização do Irã (assemelhando-se ao líder do país vizinho Turquia, Mustafá Kemal Atatürk) tentou avançar uma série de "medidas modernizadoras" para alavancar o Estado Iraniano¹⁰. Dentre estas medidas, o Xá: (i) criou tribunais seculares para administrar as questões criminais e comerciais; (ii) criou um código civil para o Irã baseado nos modelos europeus; (iii) criou a Universidade de Teerã; (iv) aumentou o

¹⁰ Os resultados dos experimentos sociais de Reza Pahlavi eram tragicômicos (BELLAIGUE, 2012: 95).

número de escolas normais e técnicas e (v) confiscou grande parte das propriedades dos religiosos¹¹.

Desse modo, essas elites locais internalizaram o discurso do colonizador ou das potências mais influentes no sistema internacional, e por meio desse processo de "colonização da mente" passaram a conceber suas sociedades tradicionais como "inflexíveis", "supersticiosas", "voltadas para seus aspectos internos". A sociedade a ser alcançada (a moderna), por outro lado, era tida como tributária das virtudes que lhes faltavam, a saber, eram vistas como "progressistas", "estáveis" e "corretas".

Existe uma cadeia entre a mencionada influência ocidental e o orientalismo. O orientalismo é definido em uma das passagens de Edward Said como:

Orientalismo pode ser discutido e analisado como a instituição autorizada a lidar com o Oriente – fazendo e corroborando afirmações a seu respeito, descrevendo-o, ensinando-o, colonizando-o, governando-o: em suma, o Orientalismo como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente (Said, 2007: 29).

No caso do Irã, fica clara, a posição orientalista do Xá Reza Pahlavi, que, conforme visto, intentou adotar uma série de medidas modernizadoras para o Irã, dentre as quais a instauração de uma república e a adoção de medidas contra as tradições locais, como no caso do veto ao véu, elucidado anteriormente. Isso mostra o caráter colonizador das mentes orientais, uma vez que os conceitos ocidentais passam ser vistos por parte dessas elites como os "corretos" e, com isso, passam a ser propagados nessas comunidades.

Um episódio evidencia a enorme influência que as potências estrangeiras tinham sobre o Irã. Por não concordarem com as orientações de política externa do Xá, estas potências conseguiram forçá-lo a abrir mão do trono em 1941 em favor do seu filho, Muhammad Reza Pahlavi (Kinzer, 2010: 62). Para Limbert (2009), a deposição do Xá

os homens jogavam com uniformes mais curtos do que a religião ordena, enfim, fatos que infringiam

¹¹ Com parte dessas terras Reza Pahlavi usou para criar campos de futebol. O Xá investiu muito nesse

diretamente a *sharia* – com isso, por ordem dos *mullahs*, nas aldeias os jogadores por vezes eram brutalmente assassinados por apedrejamento (FOER, 2005: 192-195).

esporte, pois o percebia como símbolo da modernidade. Chegou a ordenar que as forças armadas disputassem partidas de futebol nas províncias para tornar o esporte popular. Os empregados britânicos da ANPO jogavam partidas de futebol e também influenciaram a disseminar a cultura do esporte no Irã. Como declarou o historiador Houchang Chebabi: "Em meados da década de 1920, o futebol se tornara um símbolo da modernização, e logo era promovido pelos mais elevados escalões do Estado". Em contrapartida, os *mullahs* que eram contra a propagação do esporte – visto que o Xá permitia que mulheres assistissem as partidas no Estádio Azadi de Teerã ao lado de homens desconhecidos, e também

sucedeu principalmente para garantir a vitória da União Soviética sobre a Alemanha. Conforme dito a seguir: "Em 1941, no entanto, os exércitos britânico e russo invadiram o Irã e depuseram Reza Shah para garantir uma rota de suprimento (a ponte da vitória) para uma União Soviética lutando por sua vida contra a Alemanha nazista" (Tradução minha Limbert, 2009: 32). O Xá foi deposto do seu cargo e ficou exilado até o dia da sua morte em 1944 (Elm, 1992: 42). Isso mostra como apesar de existir uma elite local e um indivíduo liderar o país, as influências estrangeiras estiveram sempre presentes no cenário político iraniano. Antes mesmo da dinastia Pahlavi, em 1901, os acordos pelo petróleo iraniano já eram firmados com os britânicos. Esse acordo concedia o privilégio exclusivo para encontrar, explorar, refinar e vender o gás natural e o petróleo que encontrassem no Irã pelos sessenta anos seguintes (Coggiola, 2008: 27).

O petróleo iraniano foi um insumo de grande importância tanto para os iranianos quanto para os britânicos. O Irã mantinha sua economia praticamente com a verba do petróleo e a vitória da Grã-Bretanha na Primeira Guerra se deu muito por conta da abundância que possuía deste insumo (Polk, 2009: 95). Todavia, os lucros que o Irã obtinha com a concessão do petróleo não cresciam exponencialmente como os lucros ingleses. Isso ocorria uma vez que o Irã não podia inspecionar os livros de fluxo de capital da APOC ¹² e, com isso, era ludibriado a respeito da quantidade de petróleo exportada (Elm, 1992: 33).

Algumas vezes ocorreram manifestações contra a *Anglo-Persian Oil Company*, mas geralmente estas eram rapidamente resolvidas. Em 1932, quando o país sofria com a grave crise econômica que assolava todo o mundo, o Xá ainda era Reza Pahlavi, quem disse aos britânicos que iria cancelar a concessão concedida em 1901, argumentando que a porcentagem que o Irã recebia pelos *royalties* do petróleo era duvidosa e que há anos era ignorada sua demanda por um acordo mais justo.

Devido a este desentendimento, a questão foi levada para a ONU pela Inglaterra afim de ser resolvida por um conciliador. Após ambas as partes serem ouvidas, o conciliador sugeriu que a Grã-Bretanha e o Irã fizessem um novo acordo e, a partir

Minutes of the Third Meeting, 17th Session, Jan. 26, 1933: 289 – 303.

-

¹² "APOC had not permitted the Iranian government to inspect its accounts, had failed to employ Iranians except as laborers and petty staff, and had refrained from training local staff, sending only two Iranians as students to Britain over the years." (Elm, 1992: 33) - League of Nations, Official Journal XIV (1933), Memorandum submitted by Persian government to the League's Secretary-General, Jan. 18, 1933, and

desse, renovassem a concessão do petróleo iraniano (Elm, 1992: 34). Grã-Bretanha e Irã conseguiram concluir um acordo por meio do qual a *Anglo-Persian* pagaria mais libras ao Irã pelo petróleo extraído, melhoraria as condições de trabalho da empresa, mudaria seu nome para *Anglo-Iranian Oil Company* (uma vez que o Xá não gostava do termo Pérsia), entre outros pormenores¹³. Em compensação, Reza Pahlavi prolongou a concessão da Companhia em Abadan (cidade que abrigava a mesma) até o ano de 1993 (Kinzer, 2010: 69).

Tamanha insatisfação popular fez com que eclodisse uma greve dos operários em Abandan. Em conseqüência, o Senado redigiu uma lei que vedava a permissão de qualquer atividade econômica a empresas estrangeiras e também procurava melhorar as condições de vida da classe operária que trabalhava na companhia inglesa (Coggiola, 2008: 38). Esses foram alguns dos primeiros indícios de que o descontentamento popular com as condições que a *Anglo-Iranian Oil Company* proporcionava iria, mais tarde, culminar num problema de grandes proporções entre o Irã e a Inglaterra.

Manifestações populares fizeram com que o Xá Mohammad Reza Pahlavi fugisse do país e foi nomeado o primeiro-ministro iraniano, general Haj Ali Razmara, que era contra a nacionalização da AIOC, tendo chegado a sugerir sua inviabilidade em razão da incapacidade iraniana de garantir por si só a extração e venda do petróleo. Três dias após esta declaração Razmara foi assassinado por um religioso (Bellaigue, 2012: 151; Filiu, 2012: 86).

Com o assassinato de Razmara, Mossadeq foi nomeado como primeiro-ministro, em grande medida por defender a nacionalização da AIOC, entendida por inúmeros líderes tribais, grupos religiosos e ativistas políticos como um passo crucial para libertar o Irã da servidão ao estrangeiro (Filiu, 2012: 86, Kinzer, 2010: 101). No período que atua como primeiro –ministro no Irã, Mossadeq estatiza o petróleo iraniano e procura os Estados Unidos como aliado para enviar capacitação para que o país pudesse aprender a

.

 $^{^{13}}$ As principais características do contrato de 1933 foram as seguintes: A área de concessão original foi reduzida de 500.000 para 100,00 quilômetros quadrados, o Irã recebeu um royalty de 4 xelins por barril produzido com um pagamento anual mínimo garantido de £ 750.000; APOC foi obrigada a pagar 4 por cento toIran fiscal com um mínimo anual garantido de 230.000 libras; APOC concordou em colocar mais iranianos em posições gerenciais e técnicas; APOC foi isenta de todos os impostos não impostas na concessão original, o prazo de concessão foi prorrogado por 60 anos , AIOC perdeu o monopólio do transporte do petróleo ; APOC pagou ao Irã 1.000.000 £ como liquidação de todas as dívidas do passado (Limbert, 2009:61).

refinar seu próprio petróleo. Não há colaboração por parte dos norteamericanos, e depois de sucessivas crises, em 1953 Mossadeq é deposto através de um golpe militar chamado pelos norteamericanos de Operação Ajax, na qual a mídia local foi comprada para perpetuar notícias falsas a respeito do primeiro ministro.

Com a deposição de Mossadeq e a volta do Xá, os iranianos percebem que a sua política nacional era traçada nos Estados Unidos e a cisão da percepção dos norteamericanos como nação aliado é rompida. O governo do Xá Mohammad Reza Pahlavi devolve a petrolífera aos britânicos, que repartem 60% da empresa para o mercado norte americano (Polk, 2009). O governo de Pahlavi perpetua-se com novos episódios de desigualdade social e miséria até 1979 quando há a dita Revolução Iraniana. Os escândalos de corrupção e as tentativas subsequentes de modernização e perseguição dos sujeitos permitiu que minorias religiosas tomassem a frente da revolução iraniana, porque apenas nos espaços religiosos era permitido fazer reuniões. Portanto, não tratava-se de uma revolução essencialmente islâmica, mas sim dos sujeitos iranianos envolvidos na deposição do Xá Pahlavi.

Ao qualificarmos de "iraniana" uma revolução que o mundo acostumou-se, ideologicamente, a chamar de "islâmica" (apresentando-a assim como um evento basicamente reacionário), sublinhamos suas múltiplas raízes históricas e políticas, que o obscurantismo "racionalista" pretende ocultar mediante uma simplificação absoluta, posta, hoje, a serviço de uma cruzada mundial contra o "terrorismo islâmico", último álibi político-ideológico do velho imperialismo capitalista (COGGIOLA, 2008: 17-18).

Devido ao caráter eurocêntrico dos estudos de segurança, (Barkawi & Laffey, 2006: 329) este trabalho optou por uma teoria que permitisse olhar o problema de segurança do Estado iraniano de uma maneira alternativa às teorias *mainstream* das Relações Internacionais. Argumenta-se aqui que estas acabam sendo cúmplices do papel de "ameaça" que foi atribuído ao Irã, uma vez que foram produzidas nos grandes centros de poder e são informadas por ideais ocidentais.

Também deve se levar em consideração que essa caracterização de um país como um todo, ou seja, sua política, religião, seus programas de desenvolvimento, entre outros aspectos, como "ameaçadores" é um processo construtivo de valores. Com isso esta pesquisa argumenta que estes significados (atribuídos ao Irã) não representam a realidade do país, como é comumente propagado pelos meios de comunicação, mas são

contingentes. Eles fazem parte de um processo de caracterização não natural e que tem consequências, uma vez que justificam determinadas atitudes violentas de outrem em relação ao Estado iraniano.

Pretende-se lançar uma semente questionadora a respeito dos discursos que nos são apresentados e que um vasto público absorve como verdade. McLeod corrobora este argumento quando escreve que são os meios dominantes de pensamento, ou seja, a "colonização da mente", que reproduzem esses discursos hegemônicos vigentes. O autor argui, por exemplo, que não basta que uma ex-colônia se declare independente, é preciso que os antigos colonizados e colonizadores mudem suas mentes para que se altere o colonialismo, como elucidado na passagem a seguir:

Portanto, a libertação do colonialismo não vem apenas da assinatura de declarações de independência e do abaixamento e do levantamento de bandeiras. Também deve haver uma mudança de opinião, uma disputa com os modos dominantes de pensar. Este é um desafio para aqueles das nações colonizadas e colonizadas (Tradução minha McLeod, 2000: 25).

Foi a partir da Revolução Iraniana que o modelo modernizador que estava sendo imposto ao Irã pelo Xá e por seus aliados norte-americanos e ingleses começou a ser questionado, contribuindo para um processo de "descolonização da mente". Grande parte dos iranianos não via vantagens em continuar adotando aquele modelo e com a ascensão do regime teocrático dos aiatolás ao poder ele foi deixado de lado, e as leis islâmicas passaram a vigorar no país. Todavia, vale ressaltar que nem todos os iranianos eram a favor do novo regime, pois embora quisessem a deposição do Xá, muitos não queriam que os aiatolás chegassem ao poder.

A partir da construção do Irã como um país temível, cria-se a ideia de que é preciso controlar a política, tanto interna quanto externa, do Estado "ameaçador", para o bem não apenas dos Estados Unidos, mas de toda a "comunidade internacional". Baseado no discurso que qualifica o Irã como uma "ameaça" pública, se intensifica a ideia de que para se manter a ordem é preciso que não existam Estados que fujam da lógica da modernidade. Blaney e Innayatullah discorrem a respeito dessa problemática acerca da ordem: "O "sistema político" não é simplesmente outro termo para todo o sistema social, mas um conjunto de "padrões legítimos de interação" ou "estruturas políticas" que trabalham para manter a "ordem interna e externa"" (Tradução minha Blaney & Inayatullah, 2002: 8).

Considerações Finais

Este artigo procurou através dos acontecimentos históricos narrados, da análise de discurso e da perspectiva Pós-Colonial, demonstrar como a visão ocidental, é limitada para a compreensão das relações entre o Ocidente e o Oriente, embora se pretenda universal. Para isso, foram expostas a teoria da modernização afim de apresentar como determinados valores passaram a ser vistos como "altruístas", "corretos", "civilizados", enquanto os que não os adotassem foram taxados de "retrógrados", "fanáticos" e "nãocivilizados".

Os discursos que percebem o Irã e o Islam como inconciliáveis à modernidade, não relacionam os investimentos tecnológicos da República Islâmica como fatores que aproximem este país da modernidade, e, por conseguinte, dos países Ocidentais. Pelo contrário, o discurso hegemônico entende o Irã como "ameaçador" na "comunidade internacional". Como visto ao longo desse artigo, esta percepção ocorreu após a fundação da República Islâmica, para as potências ocidentais, uma vez que enquanto o Irã era aliado dessas, não era caracterizado como tal.

A Teoria da Securitização também foi trabalhada com o intuito de esclarecer ao leitor por que quando um determinado assunto é securitizado, ele passa a ter um caráter de urgência na agenda do sistema internacional. Buscou-se demonstrar, ainda, como o discurso produz determinados Estados como fonte de ameaças para o sistema internacional.

As constantes intervenções que o território iraniano sofreu, principalmente por parte da Inglaterra e dos Estados Unidos criaram uma esfera de repúdio em relação ao Ocidente. Consequentemente, as questões iranianas nunca estiveram totalmente separadas, isoladas, do Ocidente, mas, diferentemente, estas identidades sempre estiveram entrelaçadas e se constituíram mutuamente através dos múltiplos encontros históricos.

Nesse trabalho mostramos também que as principais visões presentes na literatura de Relações Internacionais são informadas por valores ocidentais. Como destacado, as teorias neomodernizadoras se transformaram nas teorias *mainstream* nas

Relações Internacionais, e, com isso, se transformaram na nova ortodoxia da disciplina. Devido a isto, os atores internacionais passaram a arrogar para si a incumbência de modernizar suas contrapartes, transformando Estados tidos como "retrógrados", "atrasados", "fanáticos", "não-civilizados" em "modernos", "altruístas", "civilizados" e "seculares".

Através da perspectiva pós-colonial, buscamos questionar os significados atribuídos a estes países por conta das suas condutas políticas. Ao analisarmos o caso iraniano por meio de uma perspectiva histórica, pudemos perceber a contingência do discurso que passou a se referir ao Irã como um país "retrógrado" e "ameaçador", uma vez que fica claro que a ameaça iraniana não se referia nem a qualquer essência eterna iraniana e nem a um aumento substantivo de suas capacidades. Foi necessário recuperar parte da história iraniana, para entendermos as inúmeras intervenções estrangeiras no Irã e como as mesmas contribuíram para as escolhas políticas do país.

Também deve ser destacado que foi importante abordar os acontecimentos históricos, onde pode-se perceber que a relação de hostilidade entre Irã e Estados Unidos se deu de maneira distinta tanto no tempo quanto no espaço. Foi apresentado ao longo desse artigo, como, para o Irã, as hostilidades entre os iranianos e os norteamericanos começaram no ano de 1953 quando ficou comprovada a participação dos Estados Unidos no golpe de Estado contra Mossadeq. Todavia, para os norteamericanos, diferentemente, a relação com o Irã.

Por isso, houve o esforço ao longo desse artigo, de expressar como esta caracterização do Irã como uma "ameaça" poderia ser entendida de uma maneira distinta. Como este Estado, após sofrer múltiplas influências externas, poderia se comportar não como um país "ameaçador", mas sim como um país que resiste à lógica da modernidade, principalmente através de sua bandeira do nacionalismo político.

Bibliografia

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. (2013). Vídeo disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=ZUtLR1ZWtEY. Acesso em: 10/10/2013.

AYOOB, Mohammed. (1997). **Defining Security: a subaltern realist perspective**. In Critical Security Studies, edited by Keith Krause and Michael C. Williams. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.

AYOOB, Mohammed. (2004). **Political Islam: Image and Reality.** World Policy Journal, 2004

BUZAN, Barry. WAEVER, Ole; DE WILDE, Jaap. (1998). **Security: a new framework for analysis.** Londres: Lynne Rienner Publishers.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. (2003). **Regions and Powers – the structure of International Security**. Cambridge University Press. pp.185-218.

BYRNE, Malcolm; GASIOROWSKI, Mark J. (2004). **Mohammad Mossaddeq and the 1953 Coup in Iran**. Syracuse University Press.

CAMPBELL, David. Violent performances: Identity, Sovereignty, Responsibility. **The Return of Culture and Identity in IR Theory**. Boulder: Lynne Rienner Publishers. Lapid, Yosef and Kratochwil, Friedrich. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1996.

DARBY, Phillip and PAOLINY, A.J. (1994). **Bridging International Relations and Postcolonialism.**, 371-397.

DE DECCA, Edgar Salvadori. E. P. (1995). **Thompson: um personagem dissidente e libertário**. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de história da PUC/SP, n. 12, out.

DOTY, Roxanne L. (2003). **Foreign policy as social construction: a post-positivist analysis of U.S. counter-insurgency policy in the Philippines. International Studies.** Quarterly, v. 37, n. 3, Bloomington, pp. 297-320. Arizona State University.

GORDON, Matthew. (1987). **Os grandes líderes: Khomeini**. São Paulo: Editora Nova Cultural.

GRIFFITHS, Martin. (2007). **International Relations Theory for the 21st Century**. Routledge, London and New York.

FOUCAULT, Michael. (1986). **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

FOUCAULT, Michael. (1992). As Palavras e as Coisas. São Paulo: Martins Fontes.

FOUCAULT, Michael. (1987). Vigiar e punir. Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes.

HALLIDAY, Fred. (1981). **Iran: Dictadura y Desarrolo**. México D.F: Fondo de Cultura Económica.

HANSEN, Lene. (2006). **Security as Practice: Discourse Analysis and the Bosnian War.** New York.

JABRI, Vivienne. (2007). **Michel Foucault's Analytics of War: The Social, the International, and the Racial**. In International Political Sociology, vol. 1, nº 1,pp. 67-81.

JERVIS, Robert. (1978). **Cooperation under security dilemma**. World Politics, vol.30, n.2,. pp.167-214

KEENE, Edward. (2002). **Beyond the Anarchical Society: Grotius, Colonialism and Order in World Politics.** Nova Iorque: Cambridge University Press.

KEEGAN, John. (1995). Uma História da Guerra. São Paulo: Companhia das Letras.

MILLIKEN, Jennifer. (1999). **The Study of Discourse in International Relations: A Critique of Research and Methods. In European Journal of International Relations**.

LEWIS, Bernard. (1996). **O Oriente Médio: do advento do cristianismo aos dias de hoje**. São Paulo: Jorge Zahar Editor.

LEWIS, Bernard. (2003). I'm right, you're wrong, go to hell. Religions and the meeting of civilization. Atlantic Monthly.

LEWIS, Bernard. (2002). **O que deu errado no Oriente Médio?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

LIMBERT, John W. (2009). **Negotiating with Iran: Wresting the Ghosts of History.** Washington, D.C: United States Institute of Peace Press.

McLEOD, John. (2010). **Beginning Postcolonialism**. New York: Manchester University Press, 2010.

MEIHY, Murilo Sebe Bon. (2007). **Por Devoção à República: Nação e Revolução no Irã entre 1979 e 1988**. Dissertação de mestrado pela PUC-Rio.

MESSARI, Nizar. (2003). **Existe um novo cenário de segurança internacional?** In: GOMES, José Maria (org.). América Latina y el (des)orden neoliberal – hegemonia, contrahegemonia, perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 1ª ed. pp.131-150.

NOGUEIRA, João Pontes & MESSARI, NIZAR. (2005). **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Editora Campus.

PAHLAVI, Mohamed Reza. (1967). **The White Revolution of Iran**. s/l, The Imperial Pahlavi Library.

PINTO, Paulo. G. H. D. R. (2005). **Ritual, etnicidade e identidade religiosa nas comunidades muçulmanas no Brasil.** Revista USP, São Paulo, p. 228-250, setembro/novembro. ISSN 67.

RACHLIN, Nahid. (2007). Garotas da Pérsia. Rio de Janeiro: Rocco.

SAID, Edward W. (2007). **Orientalismo**. São Paulo: Companhia das Letras.

SAID, Edward W. (2006). Cultura e Resistência. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações.

SAID, Edward W. (1995). Cultura e Imperialismo. São Paulo: Companhia das Letras.

SALAMA, Mohammad R. (2011). **Islam: Orientalism and Intellectual History.** London – New York: I. B. Tauris.

SCHMITTCHEN, Dirk; STRITZEL, Holger. (2011). **Securitization culture and power: rogue states in US and German discourse.** In Thierry Balzacq 'Securitization Theory'. London: Routledge.

U.S Department of Defense. (2013). Acesso em 13 de abril. http://www.defense.gov/transcripts/transcript.aspx?transcriptid=4295.

US Department of State. (2013).. Disponível em: http://www.state.gov/ Acesso em: 19 de maio.

WEIL, Josef, org. (2007). **O Oriente Médio na perspectiva marxista.** São Paulo: Editora Sundermann, 2007.